ESPAÇO E DEMOCRACIA NA CONQUISTA POLÍTICA DE DIREITOS

Prof. Dr. Jorge Barbosa (Geografia/UFF)

A proposta de nossa exposição é abordar a relação espaço e democracia. Essa não é uma tarefa simples, é verdade. Mas, se faz igualmente urgente como necessária. Vivemos um momento (esperamos que seja apenas um momento e não um período) que denominamos regressivo. Regressivo na política institucional. Regressivo nas relações sociais. Regressivo nas relações interpessoais. Afloram proposições e práticas assustadoramente sustentadas ideários fascistas (vide as agressões racistas, misóginas e homofóbicas, além daquela imbecilidade completa denominada "escola sem partido"). É justamente em momentos ameaçadores das conquistas de direitos individuais e coletivos que precisamos valorizar a Democracia. Entendo que a Democracia é um valor que precisa ser universalizado como expressão pública da vida em sociedade. A minha preocupação é como podemos pensar, nós geógrafos ou aqueles que estudam o espaço, a reinvenção da democracia na dimensão do Direito à Cidade.

Henri Lefebvre(1968/2000) nos ensina, há pelo menos 50 anos,como o espaço é decisivo na reprodução das relações de produção capitalistas e, inclusive, localiza essa dimensão das relações a partir da afirmação da sociedade urbana; expressão maior de todo o denso e amplo processo de produção e consumo do espaço da atualidade.

David Harvey(2005) retomou a discussão na senda aberta por Henri Lefebvre ao destacar a urbanização como um processo inerente ao ciclo de acumulação de capital. Por muito tempo localizamos a reprodução do capital a partir da indústria, do comércio, dos bancos, da finança. David Harvey insistiu para percebermos que a urbanização é um processo de reprodução do Capitalismo à medida que a produção de moradias, edifícios, pontes, infraestruturas, rodovias, ferrovias (...) entram no processo de produção de mais valia. Ou seja, a própria urbanização faz parte do ciclo de reprodução do capital.

Ana Fani Alessandri Carlos (2013) chama a nossa atenção para as condições atuais do capitalismo e de a sua relação imanente com o espaço geográfico. Para a autora, o espaço é condição, meio e produto da realização do capital. Por isso a relação espaço / mercado se torna fundamental para compreender a reprodução ampliada do capital. Nós podemos até falar de alguns deslocamentos atualmente importantes em relação à propriedade privada da terra,

do solo urbano, dos meios urbanos de produção e circulação. Deslocamento na direção do espaço. Ou seja, a realização plena da propriedade da terra ou do solo urbano, ou mesmo a eficácia da realização dos meios de produção e circulação, passam cada vez mais a ser imanentes à produção de condições geográficas. Podemos chegar à conclusão que o espaço é fundamental no processo geral de reprodução ampliada do capital e, certamente, para a hegemonia do capital sobre o trabalho. Então, quando estamos falando da produção do espaço ou da produção social do espaço, estamos falando da relação de poder de realização contraditória entre o capital e o trabalho; poder de reprodução de hegemonia sociopolítica e não só econômica. Se o espaço é estratégico para o capital, não seria também estratégico para nós, os que a ele se opõem? Não seria o espaço igualmente estratégico para os subalternizados? A questão diz respeito ao horizonte possível da produção do espaço na construção de uma sociedade, generosa, justa e feliz. Qual é o papel do espaço em uma sociedade democrática? Parece-me que esta é muito mais do que uma questão intelectual para os geógrafos. Acredito que seja uma causa: a possibilidade do espaço na mudança de horizontes da nossa sociedade. É claro que essa discussão sobre o significado do espaço na construção de uma sociedade democrática implica a crítica do mundo da vida em diálogo com projetos utópicos de transformação sociopolítica.

As movimentações do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff - e consequentemente do Partido dos Trabalhadores - que eu defino como levante de classe (envolvendo parlamentares de centro-direita, cinco famílias que dominam a comunicação de massa, e mais o capital financeiro, e mais a FREBABAN, a FIESP e a FIRJAM, entre outras organizações patronais) significa também uma crise da hegemonia política. Uma crise de direção da burguesia em nosso país. E também uma crise de direção dentro da própria esquerda. Considero que a esquerda perdeu – uma parte expressiva desta - a dimensão de construção utópica da sociedade. Fez escolhas pragmáticas para governar. Construiu um projeto de poder com alianças espúrias de sustentação parlamentar. Daí o distanciamento de discurso e da ação para o avanço e a consolidação da democracia política no Brasil. Todavia, reconhecer a crise de hegemonia, a crise de direção, é também uma possibilidade de identificar outras potências, outros modos da disputa política. Daí deriva outra questão: como podemos reconhecer, além de fazer a critica, as potências criativas na cena do contemporâneo?

Talvez possamos começar com o tema geral deste Seminário, sobretudo ao trazer a reflexão sobre a Cidade no momento histórico da urbanização metropolitana; produção urbana

do espaço cada vez mais estendida e igualmente desigual. Nossas metrópoles e cidades converteram-se em máquinas de reprodução da desigualdade social. Mas não só isso! Vivemos condições perversas de distinção corpóreo-territorial de direitos em nossas cidades e metrópoles. Esta perversidade marca profundamente a reprodução da sociedade sob as condições de violência (física, psicológica, simbólica). As mulheres sabem que essa cidade não foi feita para elas, os homossexuais sabem que a cidade não foi feita para eles, os negros sabem que a cidade não foi feita para eles, os moradores de favela e periferia também sabem que a cidade não foi feita para eles. "Diga quem és e onde moras e eu te direi qual direito terás". Corporeidade e morada são condições de realização do direito com maior ou menor plenitude na sociedade brasileira. As favelas, os subúrbios, os conjuntos habitacionais e os loteamentos da periferia são marcados pela distinção de direitos. Os exemplos não nos faltam: da segurança pública ao saneamento, do lazer à cultura, da empregabilidade à mobilidade, da educação à saúde. Nós sabemos que há um conjunto de constrangimentos corpóreos e simbólicos que marcam decisivamente as cidades. Ao reconhecer a distinção territorial e corpórea de direitos, podemos enfatizar que nossa sociedade não se reconhece a luz do dia. A nossa sociedade é marcada pelo privilégio. E a sociedade que se constrói a partir do privilégio é absolutamente avessa ao direito, avessa à democracia, avessa à diferença. E isso vai se exprimir no cotidiano social e vai marcar profundamente o modo de realização do capitalismo no Brasil. Seu exemplo mais contundente é o patrimonialismo; privilégio conferido na privatização do público. E quando o público é tomado pela ordem patrimonial se reproduz relações de não reconhecimento de sujeitos como iguais no âmbito do direito. Violência e autoritarismo são elementos comuns quando se trata da manutenção de privilégios como uma *rede de interesses individuais*. Assistimos um tanto quanto escandalizados, estarrecidos ou aborrecidos como a corrupção se faz inerente ao nosso sistema eleitoral e fazendo parte da governabilidade do poder do Estado. Todavia, a corrupção, essa promiscuidade entre empresas privadas e o Estado em suas distintas esferas, faz parte do que definimos como posições de privilégio na sociedade brasileira. São privilégios de classe. No entanto, os privilégios atravessam as classes sociais. Quantos de nós não um "conhecido" que nos arruma um atendimento mais rápido em hospitais, em escolas, em repartições públicas? Quem não gosta de estacionar ou guiar seu carro em lugar indevido como calçadas e acostamentos? Ocupar a calçada com mesas e cadeiras de seu bar ou birosca, quantos fazem? Quem não gosta de ter um privilegio para distinguir-se de outra pessoa por ocupar uma posição de um lado do balcão? É possível perceber que privilegio vai atravessando as classes sociais e vai se

tornando uma normativa antiética nas relações de sociabilidade e, inclusive, como exemplificamos, exprimindo-se na apropriação e uso do espaço. O privilégio ao se exprimir na privatização do público atua como negação da democracia como um valor universal e, sobre tudo da democracia como a prática substancializada do direito. O privilegio nega por essência a democracia como espaço do conflito. E, uma diante do conflito, os grupos do privilégio mobilizam não raramente a violência, transfigurando conflito em confronto para eliminar os que lhes se opõem. (Traduzindo melhor a distinção entre conflito e o confronto: o confronto é a negação do outro; é anulação do outro... é a destruição do outro, é o não reconhecimento do outro como participante da mesma sociedade ou dos mesmos valores, ou dos mesmos direitos. Então o confronto é absoluta negação do outro. Por outro lado, o conflito em uma sociedade tão profundamente marcada por desigualdade e distinções corpóreo-territoriais de direito, o conflito é inerente. É justamente o conflito que expõe e oferece visibilidade aos desiguais. Nesse sentido, o conflito é o espaço social se fazendo público como para o reconhecimento da diferença e para construção de sujeitos sociais plenos).

Nós somos uma sociedade de hegemonia burguesa, branca e católica. Mas nós não somos apenas uma sociedade burguesa, branca e católica. Somos uma sociedade formada por negros, índios, por homossexuais, por jovens, mulheres, por transexuais. Nós somos uma sociedade recortada por gênero, etnia, raça e geração. Nós somos uma sociedade de diferentes. E essa sociedade diferente precisa se exprimir, ter visibilidade. A diferença precisa ganhar condições da sua expressão política da sua visibilidade e da disputa de imaginários em uma sociedade de desiguais. A construção do conflito, por excelência, sustenta o espaço público. É ela que dá o sentido à cidade como polis. O sentido da cidade como direito não se restringe a idéia de democracia ancorada na igualdade formal que dilui a diferença. Esse é o desafio e o limite da democracia em nossa sociedade: criar direitos corporificados nas diferenças de existências. Nancy Fraser, uma das maiores expoentes no debate de gênero contemporâneo, diz que é o conflito que sustenta o espaço público. Considerando que o espaço público não é a rua, não é o parque, não é o jardim, não é a avenida, não é o viaduto, embora sejam espaços comuns e compartilhados por usos sociais e culturais. Eles só se tornam públicos à medida que as diferenças neles se exprimam que as diferenças nele ganhem visibilidade, que as diferenças ganhem espacialidades em termos de exposição política. Portanto, o espaço público é uma construção fundamental do conflito. E o conflito, assim como eu o entendo, se realiza como uma experiência espacializada para inventar o público

como sujeito coletivo de invenção e garantia de direitos. Nesse movimento de espacialização são constituídas por expressões de homens e mulheres que são negros, índios, transexuais, homossexuais, mulheres, jovens, idosos(...) na criação de pautas de etnia, de raça, de gênero e de geração para ganhar visibilidade de suas existências. Trata-se da transformação de suas potências de vida em atos políticos de sujeitos da polis.

O espaço requer, então, a presença do outro e, por isso, o sujeito se define como ser-no-cotidiano. É no espaço socialmente construído onde se revelam as nossas identidades pelo discurso e pela invenção do novo pela ação. A presença dos outros é imprescindível para validar os acontecimentos e, ao mesmo tempo, as repercussões das ações constituintes e constituídas da/na polis.

É justamente no espaço de conflitos (evidentemente de acordos, uma vez que o conflito não é um torneio indefinido de oposições) que homens e mulheres agem para vislumbrar uma vida mais criativa, ativa e plural. Invenções para expressar o direito à diferença na cidade são experiências questionadoras dos modelos hegemônicos e evidenciam o espaço como lócus da política.

Afinal, qual é lugar estratégico para a disputa da hegemonia? No Estado? No Mercado? Eu diria, nem no Estado nem no Mercado. A disputa de hegemonia se dá na Sociedade Civil. Ou nós não achamos que somos responsáveis por parlamentares corruptos? Seus eleitores são tão ingênuos ou imbecis para cometerem enganos fáceis? Este exemplo tipificado, perdoem, deseja demonstrar que a disputa política está na sociedade civil, terreno da invenção da democracia como *espaço de reconhecimento afirmativo dos outros.*

A espacialidade da sociedade civil é fundamental para a construção de formas novas e de processos novos de invenção de direitos. Essa invenção de direitos tem uma dimensão importante na luta no/pelo espaço. Embora vivamos em uma sociedade de necessidades básicas não superadas, há uma pauta construída pelos movimentos sociais ao reclamarem direitos à liberdade. Todavia, esses novos atores da atual cena política possuem uma frágil visibilidade e suas conquistas ainda estão expostas aos levantes regressivos de classe. Refiro-me aos direitos raciais, étnicos, de gênero e de geração que hoje desnaturalizam a desigualdade e afirmam a diferença como sentido da nossa humanidade. Acredito que é a sociedade civil é o lugar para mudar o Estado e até mesmo mudar o mercado.

Quando falamos de espaços de invenção de direitos, acredito que este também será produto de um direito fundamental: o direito a convivência. Nós não desejamos conviver com os outros diferentes de nós. Muitas vezes *o outro diferente de nós* significa uma ameaça.

Gostamos muito de estar com aqueles que pensam, falam e agem do mesmo modo que pensamos, falamos e agimos. Gostamos dos similares, dos semelhantes. O direito à convivência não é simplesmente um exercício da tolerância. O direito a convivência é o direito que responde necessariamente pelo compartilhamento do horizonte de sentido da sociedade, pelo respeito às diferenças, pelo reconhecimento que vivemos em uma sociedade plural. Isto não anula a luta por condições iguais de dignidade humana para todos, uma vez que só a convivência de diferentes permite que a igualdade não seja abstrata e formal. O exercício da convivência não pode ser tratado como algo banal. A convivência é uma experiência de estar fora de si a partir da relação com o outro. É da convivência que construímos nossas identidades e pertencimentos na relação com o outro diferente de nós. Assim podemos fazer os encontros de aproximações entre seres-no-mundo que desejam liberdade para viver em plenitude. É este o movimento próprio da construção da democracia, uma vez que traz o conflito para o campo da negociação, portanto da possibilidade de sua superação.

Por mais que vivamos em cidades desiguais, eu acredito que a cidade sintetiza a potência de inventar o novo. Quando nós olhamos para o mundo e vemos os diferentes em suas lutas afirmação na cena pública, estamos diante de sujeitos políticos e não de *vitimas infelizes e impotentes do sistema.* Todavia, as lutas de caráter identitário que constrói o suporte de invenção de direitos à individualidade e autonomia ainda é prisioneira de pautas fragmentadas. O movimento LGBTS dialoga pouco com o movimento dos negros. Este, por sua vez, dialoga pouco com o movimento dos sem terra, que dialoga pouco com o movimento feminista. Ganhamos visibilidade em pautas especificas, mas fomos incapazes de construir uma agenda política abrangente o suficiente para construir uma democracia como reconhecimento da diferença em espaços plurais e pluralizados.

Doreen Massey(2008) nos esclarece que, apesar da padronização imposta pelo capitalismo, os espaços socialmente construídos são múltiplos. São múltiplos porque os sujeitos envolvidos na sua produção são diferentes. Apesar de todas as contradições toda desigualdade, toda distinção corpórea-territorial de direitos, nós vivemos em uma sociedade onde os sujeitos produzem múltiplos espaços. Essa multiplicidade de espaços sociais sefaz fundamental porque são cartografias de potências e ações que somente os intelectuais mais atentos reconhecem. Milton Santos (2002) fala dos homens lentos das cidades. Loïc. Wacquant (2001) aborda os condenados da metrópole quando trata da violência racial urbana. Como esses homens e mulheres negam as condições de subalternidades que lhes são

impostas? Como lutam contra a condição de segregados e superam a posição de resistentes para inventar suas *multiplicidades*? Podemos citar mais especificamente as favelas e periferias como estas *multiplicidades inventadas*. Produtos da desigualdade sócio econômica e da distinção corpóreo- territorial da sociedade brasileira, as favelas e periferias emergem também como expressões das lutas legítimas de homens e mulheres para habitar a cidade. Muitas vezes tratadas como a negação da cidade, a partir dos estereótipos da informalidade, da carência e da violência, favelas e periferias são expressões mais consistentes e mais duradouras (no Rio de Janeiro as favelas possuem mais de 100 anos) de luta pelo Direito à Cidade.

São justamente os "condenados" ou "deserdados" das metrópoles que se erguem como sujeitos de direitos à Cidade. Eles e elas aprenderam no seu cotidiano a importância do espaço para a sua existência. Aprenderam que as remoções os deixam mais pobres, mesmo que a casa ofertada seja melhor que a anterior. Lutar para permanecer na cidade é sua sina. Sabem que em suas *multiplicidades* estão os recursos sociais (escolas, creches, postos de saúde) assim como seus recursos afetivos (parentes, amigos, vizinhos) e simbólicos (escolas de samba, blocos de carnaval, igrejas, terreiros, bares, biroscas) compartilhados como espaço-tempo de suas existências.

Nas cidades se cruzam questões sociais, econômicas e culturais que engendram a experiência sensível do sujeito. Nessa perspectiva, a solução dos "problemas urbanos" perde o caráter exclusivamente "técnico", da "eficiência dos serviços" ou "qualidade de vida". Daí abre-se caminho para a compreensão da complexidade ética e da política da vida como potências de novas artes de existência. É nesta perspectiva que espaço entra como fundamental na cena dos direitos, porque vai nos mostrar que os direitos são indivisíveis: o direito à educação, saúde, transporte e cultura só se realizam uns em relação aos outros. Isto depende da apropriação e do uso do espaço. Para tanto, se faz imprescindível uma inflexão socioespacial radical de investimentos públicos. Trata-se da constituição da justiça social em uma dimensão claramente corpórea e territorial de existências da/na cidade. Estamos falando de *direitos espacializados*, de *direitos corporificados*, que devem ser garantidos e efetivados na sociedade.

A cidade é abrigo e recurso de acontecimentos que revelam, desvelam e transformam os sujeitos (uma vez que os provoca para fora de si com os outros). A cidade é também uma tensa e densa correlação entre normas, poderes e condutas. Portanto, não é apenas o "onde" a existência se dá. A cidade é o espaço do discurso e da ação dos sujeitos na disputa de novas

formas de viver pelo questionamento e pela subversão do que está discricionariamente estabelecido. A cidade é o reino da complexidade social marcada por diferentes protagonistas e, como diria o filósofo Aristóteles, o *topos* da realização pública da política. Trata-se, portanto, da enunciação de um projeto democrático da igualdade na diferença como atributo de novas sociabilidades humanas. Poderíamos chamar isto de Democracia? Acredito que sim.

Grato pela atenção.

Referências Bibliográficas:

CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. *In:* Ferreira, Álvaro; Rua, João; Mattos, Regina Célia(Orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFÈBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, (1968) 2000.

MASSEY, D. Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.